

ESTRESSE OCUPACIONAL E O DIREITO À READAPTAÇÃO FUNCIONAL DOS POLICIAIS MILITARES DO AMAZONAS

OCCUPATIONAL STRESS AND THE RIGHT TO FUNCTIONAL READAPTATION OF MILITARY POLICE OFFICERS IN AMAZONAS

Sandor Gioseffi Furtado Soares¹
Denison Melo de Aguiar²
Flávio Humberto Pascarelli Lopes³
Bruno Patrício de Azevedo Campos⁴
Marcos Klinger dos Santos Paiva⁵
Thiago Balbi de Souza Lima⁶

RESUMO: A pesquisa analisa a relação entre o estresse ocupacional e o direito à readaptação funcional dos policiais militares do Amazonas, tomando como objeto de estudo os fatores psicossociais, organizacionais e jurídicos que influenciam o adoecimento e a continuidade laboral desses profissionais. Os objetivos centrais consistem em identificar os determinantes do estresse, examinar seus impactos na saúde e no desempenho, e avaliar a efetividade dos mecanismos institucionais de readaptação. Metodologicamente, trata-se de uma investigação qualitativa, baseada em pesquisa bibliográfica e documental. Os resultados mostram que o estresse ocupacional intensifica o adoecimento físico e mental, aumenta afastamentos e fragiliza o processo de readaptação devido a limitações estruturais. As considerações finais apontam a necessidade de fortalecer políticas de saúde mental, aprimorar protocolos institucionais e ampliar o suporte oferecido aos policiais, de modo a assegurar proteção social e efetividade jurídica no contexto amazônico.

1

Palavras-chave: Estresse ocupacional. Polícia Militar. Readaptação funcional. Saúde mental. Amazonas.

¹- Graduado em Gestão Pública pela Universidade Norte do Paraná (UNOPAR/PR); Especialista em Inteligência Policial pela Faculdade do Leste Mineiro (FACULESTE/MG); Discente do Bacharelado em Segurança Pública e do Cidadão pela Universidade Estadual do Amazonas (UEA); Cadete da Polícia Militar do Amazonas.

² Pós-Doutor UniSalento (Itália-2024), Doutor em Direito. Doutor em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGD/ UFMG). Mestre em Direito Ambiental pelo Programa de Pós- Graduação em Direito Ambiental da Universidade do Estado do Amazonas (PPGDA/ UEA). Advogado. Graduado em Direito pela Universidade da Amazônia (UNAMA/PA). Professor de ensino superior do curso de Direito da UEA. Professor da Academia de Polícia Militar do Amazonas (APM-PMAM). Professor de ensino superior do Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas (CIESA). Coordenador da Clínica de Mecanismos de soluções de Conflitos (MARbiC/UEA). Coordenador da Clínica de Direito e Cidadania LGBTI (CLGBTI/UEA). Coordenador da Clínica de Direito dos Animais (YINUAKA-UEA). Editor-chefe da Revista Equidade. Integrante do Grupo de pesquisa Desafios do Acesso aos Direitos Humanos no Contexto Amazônico da Escola Superior da magistratura do Amazonas (ESMAM). Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, cidadania e Direitos Humanos (PPGSP/UEA).

³ Pós-Doutor em Direito pela UniSalento. Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Amazonas. Mestre em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco. Doutor em Direito Constitucional pela Universidade de Fortaleza. Diretor da Escola Superior da Magistratura do Amazonas. Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

⁴ Especialista em Docência do Ensino Superior pela Faculdade La Salle de Manaus - UNILASSALE, E em MBA em Gestão Estratégica da Administração Pública pela Faculdade Descomplica - DESCOMPLICA. Graduado em Direito pela Escola Superior Batista do Amazonas - ESBAM. Chefe do Estado Maior Geral e Coronel da Polícia Militar do Amazonas - PMAM.

⁵ Comandante Geral da Polícia Militar do Estado do Amazonas. Mestre em Direito Constitucional pela UNIFOR. Especialista em Gestão Estratégica em Segurança Pública pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Bacharel em Direito pela Universidade Cruzeiro do Sul e Bacharel em Segurança Pública pela Academia da Polícia Militar do Ceará. Imortal da Academia de Literatura, Arte e Cultura da Amazônia (ALACA). Doutorando em Direito pela UNIFOR. Coordenador de Grupo de Pesquisa MARbiC/UEA em Mecanismos de Soluções de Conflitos, Direitos Humanos e Segurança Pública.

⁶ Coronel da Polícia Militar do Amazonas. Especialista em Docência do Ensino Superior, em Segurança Pública, e em Segurança de Aviação e Aeronavegabilidade pelo ITA - Instituto Tecnológico de Aeronáutica. Graduado em Direito pela Universidade do Estado do Amazonas. Mestre em Direito Constitucional pela UNIFOR. Subcomandante-Geral da Polícia Militar do Amazonas (PMAM).

ABSTRACT: The study analyzes the relationship between occupational stress and the right to functional readaptation among military police officers in Amazonas, focusing on the psychosocial, organizational, and legal factors that influence illness and professional continuity. The main objectives include identifying stress determinants, examining their health and performance impacts, and evaluating the effectiveness of institutional readaptation mechanisms. Methodologically, the research adopts a qualitative approach based on bibliographic and documentary analysis. Results indicate that occupational stress intensifies physical and mental illness, increases medical leave, and weakens the readaptation process due to structural limitations. The final considerations highlight the need to strengthen mental health policies, improve institutional protocols, and expand support for police officers to ensure social protection and legal effectiveness in the Amazonian context.

Keywords: Occupational stress. Military police. Functional readaptation. Mental health. Amazonas.

INTRODUÇÃO

O objeto de pesquisa deste artigo concentra-se na análise crítica do estresse ocupacional vivenciado pelos policiais militares do Estado do Amazonas e sua relação direta com o direito à readaptação funcional. A saúde é um direito fundamental a todos, conforme a Constituição Federal, onde, em seu artigo 196, explicita que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantindo que todos têm direito a tratamentos adequados, fornecidos pelo poder público (BRASIL, 1988).

O estresse ocupacional vivenciado pelos policiais militares tem se consolidado como um dos principais fatores de adoecimento físico, emocional e social dentro das corporações brasileiras, especialmente na região amazônica, onde as condições de trabalho se tornam ainda mais complexas devido às particularidades geográficas, operacionais e sociais (SILVA, AGUIAR, 2025). A pressão constante, a exposição a situações de risco e a sobrecarga de funções intensificam quadros de sofrimento psíquico, reduzindo a qualidade de vida e comprometendo a eficiência do serviço público prestado. A literatura aponta que mulheres policiais militares também sofrem impactos específicos relacionados às desigualdades estruturais e expectativas de desempenho, ampliando a vulnerabilidade ao estresse ocupacional (ALMEIDA, 2021).

As discussões sobre saúde mental no âmbito da segurança pública ganharam destaque nos últimos anos, impulsionadas pelo aumento dos índices de adoecimento e pela dificuldade institucional em garantir condições adequadas de prevenção e cuidado (ARAÚJO, AGUIAR, 2025). Entre os profissionais da Polícia Militar do Amazonas, observa-se um cenário marcado pelo desgaste emocional, pela sobrecarga psicológica e por dificuldades no acesso a políticas de

saúde efetivas, o que fragiliza o direito constitucional à proteção integral. Pesquisas mostram que, embora haja grandes iniciativas institucionais, muitas ainda se encontram desconectadas da realidade prática da corporação, dificultando a efetivação do direito social à saúde (AMALVES, 2021).

A necessidade de atenção especializada torna-se ainda mais urgente diante da constatação de que o desgaste emocional influencia diretamente a produtividade, a tomada de decisão e a capacidade de resposta dos policiais em situações de risco. A literatura aponta que a falta de apoio institucional e a ausência de programas estruturados de promoção à saúde agravam quadros de ansiedade, depressão e exaustão emocional. No caso do Amazonas, a pressão cotidiana vivenciada nas operações de patrulhamento e confronto agravam a deterioração da saúde mental, reforçando a importância da discussão acadêmica sobre o tema (AMORIM; NASCIMENTO, 2025).

Fatores socioeconômicos, como a falta de educação financeira, também se relacionam ao estresse e à qualidade de vida dos policiais militares. A instabilidade financeira, quando associada ao ambiente laboral exaustivo, amplia os níveis de insegurança emocional e acentua vulnerabilidades psicológicas. Dessa forma, estudos apontam que o bem-estar do policial não depende apenas das condições de trabalho, mas também da estrutura de suporte oferecida para sua vida pessoal e familiar, compondo uma dimensão essencial da saúde ocupacional (AZEVEDO, 2025).

Investigações realizadas em diferentes regiões brasileiras mostram que o estresse ocupacional entre policiais militares possui múltiplas causas, incluindo conflitos hierárquicos, tensões organizacionais, exposição prolongada ao perigo, e dificuldades na relação entre trabalho e vida privada. Tais condições se repetem, com maior ou menor intensidade, em praticamente todos os estados do país, demonstrando que o problema não se restringe a realidades isoladas, mas caracteriza uma estrutura institucional historicamente marcada pela precarização emocional e pela normalização do sofrimento laboral (CANTELE, 2016).

No contexto do Amazonas, o impacto do estresse ocupacional se manifesta de forma ainda mais evidente, considerando as particularidades territoriais e operacionais da região. O desgaste emocional acumulado pode desencadear transtornos mentais graves, comprometer o funcionamento das unidades policiais e aumentar o risco de erros operacionais (DE SOUSA, 2025).

A literatura aponta que, apesar da existência de garantias constitucionais, o direito à

saúde no âmbito militar enfrenta desafios significativos, sobretudo quando se trata de efetivar políticas de proteção integral ao trabalhador policial. Pesquisas com enfoque jurídico destacam a distância entre o ordenamento normativo e a prática institucional, evidenciando limitações na implementação de ações que assegurem o bem-estar físico e emocional dos policiais militares. As barreiras institucionais, culturais e estruturais dificultam a consolidação de uma política de saúde realmente eficaz (FERNANDES; GAMA, 2025).

Assim, estudos também apontam que o estresse ocupacional e a sobrecarga emocional impactam diretamente o processo de readaptação funcional, uma vez que transtornos mentais relacionados ao trabalho são uma das principais causas de afastamentos e limitações laborais nas corporações militares. A legislação prevê mecanismos de readaptação para servidores incapacitados, mas a efetividade desses procedimentos ainda enfrenta desafios administrativos e interpretativos. Assim, compreender o adoecimento e suas repercussões é essencial para fortalecer políticas públicas que assegurem o direito à saúde e à continuidade digna da carreira policial militar (VIEIRA, 2020).

Com base nesse cenário, o Comandante da Polícia Militar do Amazonas, mediante a Portaria nº 029/GAB G/PMAM, publicada em 18 de julho de 2023, aprovou a Norma Procedimental de atenção à saúde mental dos policiais militares envolvidos em ocorrências de grande vulto e de prevenção à violência autoprovocada, definindo diretrizes para acompanhamento psicológico e psiquiátrico, estabelecendo protocolos de atuação após situações críticas ou de impacto estressante, bem como regula procedimentos para capacitação contínua em saúde mental (BRASIL, 2023).

A pesquisa sobre o tema Estresse Ocupacional e o direito à readaptação funcional aos policiais militares do Amazonas se justifica academicamente na necessidade de aprofundar as discussões sobre saúde mental, direitos fundamentais e relações de trabalho no âmbito das Academias de Direito da Amazônia, especialmente nas instituições de ensino superior localizadas em território amazônico (DE SOUSA, POLARI, 2025). A temática do estresse ocupacional entre policiais militares, associada ao direito à readaptação funcional, ainda é pouco explorada nos cursos de Direito da região, o que evidencia uma lacuna teórica e metodológica que precisa ser preenchida. Assim, o estudo contribui para a formação jurídica crítica e contextualizada, oferecendo subsídios para que futuros profissionais do Direito compreendam os desafios que permeiam a proteção dos trabalhadores da segurança pública em realidades periféricas e, muitas vezes, invisibilizadas nos debates acadêmicos nacionais. Ao fortalecer a

produção intelectual no campo jurídico amazônico, este trabalho amplia as bases de conhecimento disponíveis nas faculdades da região e estimula novas investigações sobre direitos sociais, proteção laboral e políticas públicas aplicadas às forças de segurança.

No âmbito da relevância científica, esta pesquisa colabora diretamente para o avanço do conhecimento sobre saúde ocupacional, políticas institucionais e garantias laborais dentro da Amazônia, região caracterizada por dinâmicas sociais, geográficas e estruturais singulares. O estudo oferece uma contribuição significativa para as áreas de Direito, Saúde Coletiva e Segurança Pública ao analisar, com rigor metodológico, os impactos do estresse ocupacional e a efetividade da readaptação funcional como instrumento jurídico de proteção ao trabalhador militar. Caso vinculada a um Programa de Pós-Graduação, a investigação alinharia-se às linhas de pesquisa que abordam Estado, políticas públicas, desenvolvimento regional, direitos sociais e sistemas de justiça, fortalecendo a produção científica interdisciplinar e ampliando o repertório teórico disponível sobre a realidade amazônica. A pesquisa também se justifica pelo seu potencial de enriquecer debates científicos emergentes, ao articular três eixos de grande relevância na atualidade: saúde mental, direito social e segurança pública.

Deste modo, a relevância social deste estudo revela-se central, sobretudo ao considerar a importância estratégica da Polícia Militar para a manutenção da ordem pública e da segurança coletiva no Amazonas. Os policiais militares enfrentam condições de trabalho adversas, marcadas por risco constante, sobrecarga emocional, insuficiência de recursos institucionais e carência de políticas de apoio psicológico, fatores que elevam expressivamente o estresse ocupacional e favorecem o adoecimento físico e mental. Compreender esses processos é essencial para subsidiar a formulação de políticas públicas voltadas ao acolhimento, prevenção e tratamento dos profissionais que atuam na linha de frente da segurança pública.

Além disso, ao investigar o direito à readaptação funcional, a pesquisa busca contribuir para a garantia de dignidade, respeito e proteção social aos policiais militarmente incapacitados, assegurando que possam continuar exercendo atividades compatíveis com suas limitações, sem prejuízo de seus direitos fundamentais. Dessa forma, a pesquisa assume relevância social profunda ao dialogar diretamente com as necessidades concretas da sociedade amazônica, que depende de instituições policiais fortalecidas, humanizadas e amparadas por políticas que valorizem a saúde e a integridade de seus agentes.

O objetivo geral deste estudo consiste em analisar de forma crítica e abrangente o estresse ocupacional e suas implicações no direito à readaptação funcional dos policiais militares

do estado do Amazonas, buscando compreender como as condições laborais, os fatores psicossociais e a efetividade das políticas institucionais de proteção à saúde influenciam diretamente a qualidade de vida e a capacidade de desempenho desses profissionais. Pretende-se, assim, identificar os elementos que potencializam o desgaste físico e emocional no exercício da atividade policial, bem como avaliar em que medida as estratégias institucionais de amparo e readaptação funcional se mostram eficazes na garantia dos direitos e na promoção da dignidade humana desses trabalhadores da segurança pública. Os objetivos específicos são: 1. Identificar os principais fatores geradores de estresse ocupacional entre policiais militares do Amazonas, relacionando-os às particularidades do contexto amazônico; 2. Examinar os impactos físicos, emocionais e organizacionais decorrentes desse estresse, especialmente na produtividade, no bem-estar e na saúde mental; e 3. Analisar a legislação e os procedimentos institucionais referentes à readaptação funcional, verificando sua aplicabilidade, limitações e efetividade no âmbito da Polícia Militar do Amazonas.

O presente estudo busca investigar uma questão central que emerge da relação entre saúde mental, condições laborais e garantias jurídicas no âmbito militar. Diante do crescente adoecimento decorrente do estresse ocupacional entre policiais militares do Amazonas e das dificuldades institucionais para assegurar procedimentos adequados de readaptação funcional, surge o seguinte problema de pesquisa:

Como o estresse ocupacional, produzido pelas condições específicas de trabalho dos policiais militares do Amazonas, influencia o acionamento, a efetividade e os limites do direito à readaptação funcional no âmbito da corporação, considerando os fatores psicossociais, organizacionais e jurídicos que condicionam esse processo?

A partir desse problema, formula-se a hipótese orientadora da investigação, a qual busca oferecer uma explicação provisória e científica sobre a dinâmica entre adoecimento, direitos sociais e práticas institucionais:

A hipótese que se apresenta é a de que o estresse ocupacional pode intensificar o adoecimento psíquico e funcional dos policiais militares do Amazonas, contribuindo para o aumento de afastamentos e solicitações de readaptação funcional; e que essa relação pode ser agravada pela insuficiência de políticas institucionais de prevenção, acolhimento e acompanhamento, de modo que, se o ambiente laboral permanece marcado por sobrecarga, exposição contínua ao risco e ausência de suporte psicológico adequado, ocorre uma limitação na efetividade da readaptação funcional como instrumento jurídico de proteção e continuidade

laboral.

METODOLOGIA

A metodologia adotada nesta pesquisa fundamenta-se em procedimentos qualitativos e analíticos, com o objetivo de compreender, de forma aprofundada, os fatores que condicionam o estresse ocupacional entre policiais militares do Amazonas e sua relação com o direito à readaptação funcional. A investigação segue uma abordagem teórico-descritiva, orientada pela análise rigorosa de referências científicas, legislações e estudos institucionais que tratam da saúde laboral no contexto policial, permitindo a construção de um panorama crítico sobre o tema. Além disso, a pesquisa adota procedimentos de categorização temática para identificar padrões, recorrências e lacunas na literatura, possibilitando uma interpretação sistemática dos fenômenos estudados. O método, portanto, visa integrar aspectos jurídicos, sociais e psicológicos, em consonância com a complexidade inerente ao objeto de investigação.

A presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa, uma vez que busca interpretar fenômenos subjetivos, multidimensionais e contextuais, especialmente relacionados às experiências de estresse, adoecimento e práticas institucionais envolvendo policiais militares. A abordagem qualitativa permite compreender significados, percepções e implicações jurídicas que não podem ser quantificados, mas interpretados a partir da literatura, legislações e documentos institucionais.

No que se refere aos objetivos, trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva, pois visa ampliar a compreensão sobre a relação entre estresse ocupacional e readaptação funcional, descrevendo elementos estruturais, psicológicos e normativos que influenciam esse processo. A pesquisa exploratória possibilita o aprofundamento de um tema ainda pouco investigado no contexto amazônico, enquanto a pesquisa descritiva permite sistematizar e apresentar características fundamentais do fenômeno.

Quanto aos procedimentos técnicos, configura-se como pesquisa bibliográfica e documental, uma vez que se fundamenta na análise de artigos científicos, dissertações, legislações, relatórios institucionais e documentos oficiais referentes à Polícia Militar, ao direito à saúde e às políticas de readaptação funcional. O estudo também assume características de pesquisa *ex post facto*, na medida em que examina situações já ocorridas, como casos de adoecimento, afastamentos e demandas de readaptação funcional, interpretando seus desdobramentos à luz do marco jurídico e da literatura científica.

RESULTADOS

A revisão bibliográfica realizada permitiu identificar um conjunto consistente de evidências científicas que revelam a complexidade do estresse ocupacional entre policiais militares, especialmente no contexto amazônico, e sua relação direta com a necessidade de readaptação funcional. Os estudos analisados apontam que o estresse ocupacional resulta de uma multiplicidade de fatores, incluindo exposição contínua ao risco, sobrecarga de trabalho, estrutura organizacional rígida, insuficiência de recursos institucionais e demandas emocionais intensas. Pesquisas desenvolvidas com mulheres policiais, por exemplo, revelam que a sobrecarga emocional pode se intensificar devido a desigualdades estruturais de gênero e às expectativas de desempenho relacionadas à atividade militar, ampliando os riscos de adoecimento psicológico (ALMEIDA, 2021).

Além disso, a literatura evidencia que o desgaste provocado pela atividade policial compromete não apenas a saúde mental, mas também as condições físicas e funcionais dos militares, o que aumenta significativamente o número de afastamentos e pedidos de readaptação. Pesquisas apontam que policiais fisicamente incapacitados dependem de processos administrativos eficazes para garantir seu direito à continuidade da carreira em funções compatíveis, porém esses mecanismos ainda enfrentam entraves institucionais e desconhecimento dos próprios policiais sobre seus direitos (Amorim; Nascimento, 2025). Outros estudos revelam que fatores pessoais, como dificuldades financeiras, também influenciam a qualidade de vida e ampliam os indicadores de estresse, indicando que a saúde ocupacional não pode ser analisada isoladamente das condições socioeconômicas desses profissionais (AZEVEDO, 2025).

No conjunto das obras pesquisadas, a investigação mais diretamente relacionada ao estado do Amazonas aponta que o estresse ocupacional tem impacto direto na saúde mental dos policiais, gerando quadros de ansiedade, depressão, irritabilidade, fadiga extrema e, em alguns casos, transtornos incapacitantes, evidenciando a urgência de políticas de prevenção e acolhimento institucional (DE SOUSA, 2025).

Ademais, estudos que abordam a relação entre saúde mental e direito social no âmbito da Polícia Militar do Amazonas mostram que, apesar de o ordenamento jurídico garantir o direito fundamental à saúde, a efetivação prática desse direito encontra barreiras estruturais,

administrativas e culturais que dificultam o acesso dos policiais a tratamentos adequados e ao acompanhamento contínuo (FERNANDES; GAMA, 2025). Outro componente identificado pela literatura refere-se aos prejuízos no ciclo do sono, diretamente relacionados ao estresse ocupacional, que comprometem o desempenho cognitivo, a atenção e o tempo de resposta operacional, elevando, assim, os riscos inerentes à atividade policial (GARCIA, 2024).

Os resultados da revisão também evidenciam que o estresse ocupacional produz impactos significativos no bem-estar emocional e na saúde mental dos policiais em diferentes regiões da Amazônia, como mostra a literatura sobre o Amapá, onde níveis elevados de desgaste emocional foram correlacionados ao aumento de adoecimento psíquico e de redução da capacidade laboral (LEAL MAGALHÃES, 2024).

Outro achado relevante decorre de estudos de caso que demonstram como o estresse acumulado no cotidiano operacional impacta diretamente a capacidade de desempenho dos policiais, gerando falhas operacionais, queda no rendimento e aumento da probabilidade de acidentes durante o serviço. Esse fenômeno foi observado em análises sobre batalhões específicos, em que a sobrecarga de demandas e a ausência de suporte institucional adequado resultaram em desgaste emocional acentuado e prejuízos no funcionamento organizacional (PORTELA FILHO, 2014).

Outro trabalho encontrado é a situação do estresse ocupacional, no qual as jornadas extensas, exposição à violência, descontrole financeiro e outros fatores, podem evoluir para desfechos extremos como o suicídio. (PESSOA e AGUIAR, 2026) Assim, compreender a relação entre estresse ocupacional e suicídio na corporação não é apenas uma questão de saúde pública, mas também de direitos humanos, pois envolve a garantia de condições dignas de trabalho, mecanismos de prevenção e estratégias de readaptação funcional que assegurem a vida e a integridade dos policiais militares (LEITÃO, AGUIAR, 2025).

Além disso, estudos que relacionam estresse, engajamento e condições de trabalho mostram que a falta de estímulo institucional, as exigências extremas e a inadequação dos suportes internos reduzem significativamente o engajamento e aumentam a sensação de esgotamento entre os policiais militares (SANTOS, 2021). No mais, estudos complementares reforçam que o adoecimento pode resultar em queda de desempenho físico e mental, exigindo avaliações especializadas e fluxos administrativos bem estruturados para garantir proteção legal ao policial que necessita de readaptação (SILVA, 2016).

A literatura sobre autoeficácia no trabalho também revelou que policiais em formação

ou em início de carreira apresentam indicadores significativos de estresse, influenciados pelo ambiente disciplinar e pelas expectativas de desempenho, o que contribui para um cenário de vulnerabilidade emocional desde a formação inicial, ampliando os riscos de adoecimento ao longo da carreira (SILVA; AGUIAR, 2025).

A análise da legislação aplicada aos militares evidencia que o processo de readaptação funcional pode sofrer limitações quando não há estrutura institucional capaz de garantir acompanhamento multidisciplinar, tornando necessário revisar e aprimorar tais mecanismos para assegurar a proteção integral prevista pelas normas militares e constitucionais (VIEIRA, 2020).

Um ponto importante, observado através de um estudo sobre a relação da ajuda espiritual como forma de prevenção ao adoecimento psicológico dos policiais militares, são as diretrizes de assistência religiosa da PMAM, sendo coordenadas pela Diretoria de Promoção Social (DPS). Segundo Santos et al. (2025), a corporação adota um conjunto de práticas institucionais voltadas ao bem-estar espiritual e emocional de seus integrantes. Entre essas ações estão a realização de missas e cultos, cerimônias de batismo, visitas a policiais hospitalizados e o acompanhamento em momentos de luto, como velórios. O objetivo dessas iniciativas é oferecer suporte e conforto tanto aos militares quanto a seus familiares. A condução dessas atividades é responsabilidade da Capelania Militar, composta por líderes religiosos comissionados — padre e pastor — que possuem respaldo legal para atuar na formação ética e moral dos policiais (SANTOS, 2025).

10

Além disso, pode-se observar, também, uma mudança expressiva nas diretrizes institucionais da Polícia Militar do Amazonas (PMAM) relacionadas à saúde mental, a partir de 2024, onde o Centro de Psicologia (CPSI) ampliou sua atuação, passando a contar mais oficiais especializados na área. Essa ampliação abrangeu os serviços como atendimentos clínicos, grupos terapêuticos voltados a familiares de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), workshops sobre saúde mental, palestras de caráter psicossocial, e rodas de conversa (POLÍCIA MILITAR DO AMAZONAS, 2025).

Iniciativas inovadoras passaram a ser implementadas e, amplamente, divulgadas nas redes sociais oficiais da PMAM, criadas pelo CPSI, tendo, como exemplo, o I Fórum de Saúde Mental aplicada ao Policial Militar, realizado em parceria com unidades militares, forças armadas e instituições civis, em janeiro de 2024. No ano de 2025, ocorreu o II Fórum de Saúde Mental aplicada ao Policial Militar, que contou com palestrantes de alcance nacional, bem como

diversas rodas de conversa em 41 unidades militares, conduzidas por oficiais psicólogos, com foco na prevenção de transtornos psíquicos — incluindo o suicídio — e na promoção da saúde mental (POLÍCIA MILITAR DO AMAZONAS, 2025).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada permitiu compreender que o estresse ocupacional vivenciado pelos policiais militares do Amazonas constitui um fenômeno complexo, multidimensional e profundamente ligado às condições estruturais, organizacionais e psicossociais que moldam o trabalho policial na região. A síntese dos resultados demonstra que o desgaste emocional e físico é intensificado por fatores como a exposição constante ao risco, a sobrecarga de funções, a insuficiência de suporte institucional e as particularidades geográficas e sociais do território amazônico. Esses elementos convergem para um cenário de vulnerabilidade que não apenas compromete a saúde dos profissionais, mas também repercute na qualidade do serviço prestado à sociedade.

Os achados evidenciam que o adoecimento mental e funcional decorrente desse estresse impacta diretamente o aumento de afastamentos e de solicitações de readaptação funcional, revelando a necessidade de aprimoramento das políticas internas voltadas ao cuidado, prevenção e acompanhamento dos policiais. A hipótese inicialmente formulada encontra respaldo nos resultados da revisão, indicando que o estresse ocupacional tende a intensificar quadros de sofrimento psíquico e limitações laborais, ao mesmo tempo em que a insuficiência de políticas de suporte contribui para a fragilidade do processo de readaptação funcional. Essa relação reforça a importância de discutir a efetividade das práticas institucionais e a necessidade de fortalecer mecanismos que assegurem a proteção jurídica e o bem-estar dos militares.

A síntese também demonstra que a legislação, embora estabeleça garantias formais relativas à readaptação, ainda encontra barreiras significativas para sua efetivação plena. Falhas estruturais, desconhecimento dos direitos, ausência de fluxos administrativos consolidados e escassez de equipes especializadas dificultam a implementação de processos humanizados e céleres. Esse cenário revela que a proteção social dos policiais militares demanda ações integradas que ultrapassem a formalidade normativa e alcancem práticas concretas e continuadas de cuidado institucional.

As perspectivas futuras apontam para a necessidade de investimentos em programas permanentes de saúde mental, capacitação de gestores, fortalecimento de equipes

multidisciplinares e revisão dos protocolos de readaptação funcional. Medidas preventivas e estratégias de promoção do bem-estar devem ser incorporadas à rotina da corporação para que o adoecimento não seja tratado apenas em sua fase crítica, mas prevenido desde a formação inicial do policial. Também se evidencia a importância de aprofundar pesquisas empíricas na região amazônica, permitindo diagnósticos mais precisos e alinhados às especificidades locais.

Adicionalmente, faz-se imperioso estabelecer convênios e parcerias técnicas que possibilitem a adaptação de programas bem-sucedidos já implementados em outras corporações brasileiras. Entre esses modelos destacam-se o “Programa Prumos” da Polícia Militar do Paraná (PMPR), que estruturou uma rede descentralizada de atendimento psicossocial com caráter preventivo; o “Programa de Prevenção de Manifestações Suicidas (PPMS)” e o “Programa de Acompanhamento e Apoio ao Policial Militar (PAAPM)” da Polícia Militar de São Paulo; além da “Avaliação Psicológica Preventiva”, instituída pela Portaria nº 069-CG/2023 da Polícia Militar da Bahia. Esta última tornou obrigatória a realização periódica de avaliações psicológicas em cursos e promoções, permitindo identificar precocemente transtornos como ansiedade e depressão, antes que evoluam para situações que demandem afastamento das atividades laborais. (MEIRELIS e VIEIRA, 2025)

Por fim, os resultados alcançados reforçam a urgência de consolidar políticas públicas e institucionais que reconheçam o policial militar como sujeito de direitos e protagonista das ações de segurança pública. A compreensão do estresse ocupacional e de suas consequências não apenas contribui para o fortalecimento da saúde desses profissionais, mas amplia a capacidade de resposta do sistema de segurança, garantindo uma atuação mais eficaz, humana e socialmente comprometida. Assim, espera-se que as reflexões aqui apresentadas possam subsidiar melhorias efetivas no cuidado institucional, na formulação de políticas de proteção e na construção de ambientes laborais mais saudáveis e sustentáveis.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Nathália Ferreira de. **O estresse ocupacional em mulheres policiais militares do Pará.** Belém: Universidade Federal do Pará, 2021. Disponível em: <https://revista.ibsp.org.br/index.php/RIBSP/article/view/241>. Acesso em: 05/02/2026.

AMALVES, W. M. **Estresse e garantia do direito à saúde de policiais militares.** *Research, Society and Development*, v. 10, n. 13, e592101321597, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/rsd/article/download/21597/19262/260706>. Acesso em: 05/02/2026.

AMORIM, Ricardo Braga de; NASCIMENTO, Rodolfo Gomes do. **Policial militar fisicamente incapacitado tem direito à readaptação funcional!** *PMPA em Revista*, v. 2, n. 4, p.

110-115, 2025. Disponível em: <https://periodicos.pm.pa.gov.br/index.php/pmpaemrevista/article/view/190>. Acesso em: 06/02/2026.

ARAÚJO, Camila; DE AGUIAR, Denison. **A insalubridade no ambiente do trabalho e suas consequências jurídicas e sociais na PMAM**. INTERFERENCE: a Journal of Audio Culture, v. 11, n. 2, p. 9210-9226, 2025.

AZEVEDO, B. B. de. **A educação financeira como fator de qualidade de vida dos policiais militares do Amazonas**. INTERFERENCE: A Journal of Audio Culture, v. 11, n. 2, 2025. Disponível em: <https://interferencejournal.emnuvens.com.br/revista/article/view/687>. Acesso em: 06/02/2026.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Polícia Militar do Amazonas. Portaria nº 029/GAB CMT-G/PMAM, de 18 de julho de 2023. **Aprova a Norma Procedimental de atenção à saúde mental de policiais militares envolvidos em ocorrências de vulto e de prevenção à violência autoprovocada e dá outras providências**. Manaus, 2023.

CANTELE, S. T. P. **Estresse ocupacional em policiais militares da região do Vale do Paranhana**. Revista ICCE SUMAR, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/iccesumar/article/view/5083>. Acesso em: 08/02/2026.

DE SOUSA, BN. **Impacto do estresse ocupacional na saúde mental dos policiais militares da Polícia Militar do Amazonas**. REASE - Revista de Estudos em Saúde, 2025. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/23440>. Acesso em: 08/02/2026.

DE SOUSA, Breno Nascimento; POLARI, Lucas Emanuel Bastos. **Impacto do estresse ocupacional na saúde mental dos policiais militares da Polícia Militar do Amazonas (PMAM)**. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 11, n. 12, p. 6401-6420, 2025. Disponível em <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/23440>. Acesso em 19/02/2026

FERNANDES, Jhoycynnara da Silva; GAMA, Arnaldo Costa. **Saúde mental e direito social à saúde na Polícia Militar do Amazonas: desafios da efetivação do direito fundamental frente às exigências da atividade policial**. INTERFERENCE: A Journal of Audio Culture, v. 11, n. 2, p. 8915-8935, 15 dez. 2025. Disponível em: <https://interferencejournal.emnuvens.com.br/revista/article/view/646>. Acesso em: 09/02/2026.

GARCIA, L. O. R. et al. **Occupational stress and sleep of military police officers from Rio de Janeiro, Brazil**. American Journal of Human Biology, 2024. Disponível em: https://research.unl.pt/ws/portalfiles/portal/105030121/American_J_Hum_Biol_-_2024_-_Garcia_-_Occupational_Stress_and_Sleep_of_Military_Police_Officers_From_Rio_de_Janeiro_Brazil.pdf. Acesso em: 09/02/2026.

LEAL MAGALHÃES, Alex Wagner et al. **The impacts of occupational stress on the mental health of military police officers in Amapá.** *Revista Aracê*, v. 6, n. 3, p. 8509-8522, 2024. Disponível

em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/download/1493/7851/22051>. Acesso em: 09/02/2026.

MEIRELIS, Ernandes Costa; VIEIRA, Fabíola Vasques. **A IMPORTÂNCIA DA CAPELANIA PARA A SAÚDE MENTAL DO POLICIAL MILITAR DO AMAZONAS.** *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, v. 11, n. 12, p. 7582-7597, 2025. Disponível em <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/23513>. Acesso em 19/02/2026.

PESSOA, M. P. M. de S., & AGUIAR, D. M. de. (2026). **A violência invisível na Amazônia: análise epidemiológica e institucional da vitimização policial (2022-2023).** *Revista Políticas Públicas & Cidades*, 15(1), e3014. Disponível em: <https://doi.org/10.23900/2359-1552v15n1-14-2026>. Acesso em: 19/02/2026

POLÍCIA MILITAR DO AMAZONAS. Centro de Psicologia (CPSI) – Diretoria de Saúde. Manaus: PMAM, 2010. Disponível em: https://pm.am.gov.br/portal/pagina/centro_de_psicologia_-_ds. Acesso em 19/02/2026.

PORELA FILHO, D. J. **Polícia militar e o estresse ocupacional: o caso do 4º BPM/1ª CIA. UTFPR**, 2014. Disponível em: <https://riut.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/22941>. Acesso em: 09/02/2026.

SANTOS, Fernando Braga dos et al. **Estresse ocupacional e engajamento no trabalho entre policiais militares.** *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 26, n. 12, p. 5987-5996, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/H96LNxsR5T6TpspRQGnc8gN>. Acesso em: 09/02/2026.

SANTOS, MIS et al. **Cotidiano policial, estratégias e práticas de assistência religiosa em organizações policiais do Brasil.** *Revista Observatório*, Palmas, v. 14, n. 1, 2025. Disponível em <https://journalppc.com/RPPC/article/view/1555>. Acesso em 19/02/2026.

SILVA, Claudia Eliza Papa do. **Estresse ocupacional, causas e consequências.** *Revista Brasileira de Medicina do Trabalho*, v. 14, n. 3, p. 285-289, 2016. Disponível em: <https://revista.ibsp.org.br/index.php/RIBSP/article/view/241>. Acesso em: 14/02/2026.

SILVA, Hiel Levy dos Santos; AGUIAR, Denison Melo de. **Autoeficácia no trabalho: um estudo sobre policiais militares do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Amazonas (CFO/PMAM).** *Periódicos Brasil. Pesquisa Científica*, Macapá, v. 4, n. 2, p. 1434-1458, 2025. DOI: 10.36557/2674-9432.2026v5n1p1434-1458. Disponível em: <https://periodicosbrasil.emnuvens.com.br/revista/article/view/526>. Acesso em: 05/02/2026.

VIEIRA, Sávio Coelho de Oliveira. **A inserção do instituto da readaptação em casos de reforma do militar.** *Exército Brasileiro*, 2020. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/13809/1/Savio%20Coelho%20de%20Oliveira.pdf>. Acesso em: 05/02/2026.

